

Cidade, memória e patrimônio: Fortaleza e suas pontes com o passado

Marília Passos Apoliano Gomes

Universidade Federal do Piauí

Teresina - Piauí - Brasil

mariliapassos@ufpi.edu.br

Resumo: Neste artigo realizo uma análise derivada de minha tese de doutorado em Sociologia sobre as relações entre memória coletiva, territorialidade e identidade na cidade. Através de uma etnografia sociológica combinada a análise documental, acompanhei eventos e rituais comemorativos dos aniversários do Poço da Draga, uma das ocupações mais antigas de Fortaleza. Na tese, analisei os aniversários comunitários, as visitas guiadas e as rodas dos Guardiões da Memória (termo êmico), entre 2014 e 2018, e o quanto esses eventos permitem compreender a construção e a legitimação da memória coletiva, acionada em defesa daquele território. No artigo, discorro especificamente sobre as vinculações materiais e simbólicas dos moradores em relação à Ponte Metálica, e o que isso representa sobre a construção da memória de Fortaleza, uma cidade que não tem tradição patrimonialista, porém transborda de memória e experiências invisibilizadas. Compreendo o caso do Poço da Draga como emblemático para refletir sobre as resistências e (r)existências na cidade, no sentido das memórias individuais e coletivas e também de patrimônios coletivos que não são visibilizados pelo Poder Público, mas que pulsam e permanecem vivos por outros caminhos e lutas partilhadas.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Cidade. Poço da Draga.

Introdução

Neste artigo, trago reflexões derivadas de minha tese de doutorado em Sociologia, em que investiguei as relações entre a memória, a territorialidade e a identidade na localidade do Poço da Draga, situada na Praia de Iracema, em Fortaleza/CE. Para fins deste artigo, analiso como a memória coletiva é acionada na defesa do território em uma das ocupações mais antigas de Fortaleza, em especial na vinculação simbólica de boa parte dos moradores com a Ponte Metálica.

Durante a pesquisa, pude observar e analisar, ao longo de quatro anos, a existência de rituais comemorativos, a exemplo dos aniversários da localidade, verdadeiros festivais em três a quatro dias envolvendo moradores e apoiadores externos, no intuito de comemorar e consolidar a memória coletiva, que é mobilizada como a principal defesa do território contra remoções públicas e privadas. Identifiquei elementos significativos na forma da ritualização e da repetição memorialística, através das festas anuais e de momentos como as visitas guiadas e as rodas dos Guardiões da Memória, ocasiões em que os moradores socializam experiências e lembranças desde o

início da ocupação, o que, em sua perspectiva, prova que são uma “comunidade centenária”, que remonta a origem de Fortaleza, e, portanto, não poderiam ser removidos.

Enquanto estratégia metodológica, foi desenvolvida etnografia sociológica (Beaud; Weber, 2007), realizando observação direta com trabalho de campo entre os anos de 2015 e 2018, entrevistas semiestruturadas, diário de campo e análise documental em fontes secundárias (IBGE, recenseamentos municipais e documentos históricos, do acervo do memorialista Nirez e dos moradores). Na tese, busquei compreender de que maneiras os moradores do Poço da Draga se relacionam com sua própria localidade, de que formas a ligação com o território e com o mar influencia a produção de identidades e de memória. Como indagações principais, tive as seguintes: Cabe falar em memória social naquele local? Se sim, através de quais processos lá são construídas e reconstruídas as identidades e as memórias? Que discursos de pertencimento territorial são acionados para tentar assegurar o direito de permanecer em um local privilegiado para projetos de “requalificação urbana” e turística?

No artigo, analiso as relações entre a origem da ocupação e a Ponte Metálica (seção 1). Em seguida, faço um breve histórico das ameaças públicas e privadas ao Poço da Draga, com as “obras espetaculares” que foram construídas ou anunciadas, discorrendo sobre os territórios perdidos na localidade e as disputas simbólicas envolvendo o reconhecimento histórico ou não da Ponte Metálica, hoje em ruínas, em oposição à ponte voltada para o turismo e sempre reformada, a Ponte dos Ingleses (seção 2). Na sequência, desenvolvo a discussão sobre memória, identidade e patrimônio no que tange à Ponte Metálica, enfatizando as relações estabelecidas entre a Ponte e os moradores (seção 3), e por fim trago as considerações finais.

O “nascimento” da localidade e a relação com a Ponte Metálica

O Poço da Draga é uma das ocupações mais antigas de Fortaleza e possui uma relação muito estreita com o mar e toda a Praia de Iracema. A proximidade com o mar constitui uma das razões pelas quais o território é disputado, considerando-se ainda os fortes processos de especulação imobiliária e gentrificação. Apesar de que Fortaleza cresceu a princípio “de costas para o mar” à semelhança de várias outras cidades litorâneas (Dantas, 2009), entre o final do século XIX e o início do século XX o interesse das elites se voltou para as zonas de praia, a princípio por razões de saúde e depois para lazer e turismo. Neste sentido, há muitas décadas estas áreas estão em

disputa, o que explica o esforço de alguns grupos em remover a ocupação.

A existência das famílias no local data pelo menos da década de 1950, e ao longo dos anos elas têm sido ameaçadas de remoção por vários projetos públicos e privados. O “nascimento” da localidade constitui uma questão muito importante para os moradores, que atualmente comemoram o aniversário em coincidência com a data de inauguração da Ponte Metálica, apresentando-a como uma ocupação “centenária”.

A Ponte Metálica foi inaugurada em 1906, para constituição do Porto de Fortaleza. Destaca-se que, desde o período de expansão da produção algodoeira na metade do século XIX, o porto de Fortaleza representou, por muitas décadas, um problema para o governo estadual. As opiniões divergiam a respeito de qual a melhor localização: se na área então conhecida como Prainha, onde se localiza hoje o Poço da Draga, ou no Mucuripe, a leste da cidade. Girão (1997) esclarece que o debate na esfera pública girava em torno de “questões técnicas”, mas o que definiu a contenda foi o interesse dos comerciantes do centro, onde se localizavam os armazéns. Por ter sido considerado o “melhor pouso”, foi na Prainha (onde hoje se localiza o Poço da Draga) que primeiramente em 1805, 1844 e 1857 foram construídos trapiches, estruturas rústicas e temporárias para transporte de mercadorias e pessoas. No entanto, a força das ondas molhava e deteriorava as mercadorias, razão pela qual os engenheiros locais e ingleses se esforçavam para projetar um quebra-mar eficiente e uma ponte de ligação entre a terra e o mar (Jucá, 2003).

A primeira tentativa para a construção do porto na Prainha se deu em 1886, ocasião em que foi projetado e construído por John Hawkshaw um quebra-mar para conter a força do mar contra os trapiches existentes, porém não teve melhor sorte: acabou destruído pela força do mar e do vento, dele restando uma pequena bacia de águas estagnadas, que passou a ser conhecida como “Poço da Draga” (Girão, 1997). A construção da Ponte Metálica iniciou-se em 1902, com estrutura de ferro e piso de madeira, sendo inaugurada em 26 de maio de 1906. Alguns anos depois, apresentou problemas estruturais e foi reconstruída em concreto e reinaugurada em 24 de fevereiro de 1929, com o nome de Viaduto Moreira da Rocha (Girão, 1997).

Quando dos problemas apresentados na Ponte Metálica, antes mesmo de promover seu restauro ou reforma (o que ocorreu até 1929), o governo estadual decidiu construir outra ponte a apenas 1km da anterior, na década de 1920. Esta segunda foi nomeada de Viaduto Lucas Bicalho e passou a ser conhecida como Ponte dos Ingleses. Cabe destacar que a construção desta última não chegou a ser finalizada por falta de recursos, razão pela qual ela jamais serviu de porto para Fortaleza, ao contrário da

Ponte Metálica, a primeira. Do começo do século XX até a década de 1940, a Ponte Metálica foi bastante utilizada, tendo uma relação intrínseca com a Praia de Iracema, com o Poço em especial e com toda Fortaleza. Durante o “ciclo da borracha”, por ela passaram os milhares de cearenses que foram para a Amazônia em busca de riquezas; também foi por ela que viajaram os filhos das classes abastadas para conhecer a Europa. A importância da Ponte Metálica para a Praia de Iracema e para a construção de Fortaleza foi ressaltada por vários moradores do Poço da Draga ao longo da pesquisa, em entrevistas. Uma dessas falas emblemáticas foi de Antônio¹, pai de Kléber: “A Praia de Iracema começou na Ponte Metálica, o primeiro cais da cidade é o nosso. As embarcações vinham, ficavam lá no mar fundiada, botava a carga em cima, aí da ponte trazia pra cá. Isso aqui era um grande armazém de todo tipo de madeira” (Antônio, 20/01/2017). No mesmo sentido, a fala de outro morador, destacando que a localidade surgiu em razão da construção da ponte:

Essa comunidade foi feita a partir do porto. O primeiro porto foi na ponte metálica. Nessa época vinha para cá portuários, estivadores, ferroviários, pescadores. Foi daí que veio a comunidade, na década de 1940 [...]. Então, sempre a gente ligada ao mar e ao porto. Ainda tem descendência. Eu, por exemplo, sou descendente, meu pai era portuário, meu tio era portuário. Minha mãe foi uma das primeiras comerciantes, ela vendia almoço aqui na ponte (Alberto, morador, em entrevista realizada pela pesquisadora Heloísa Oliveira, 27/04/2002).

A construção do Porto do Mucuripe na década de 1940 acarretou o abandono da Ponte Metálica. Também trouxe significativos impactos para a orla de Fortaleza, pois houve equívocos na construção do novo porto e o consequente assoreamento de parte da praia, o que alterou direta e drasticamente a Praia de Iracema (Costa, 2005). A principal alteração negativa, com a qual os engenheiros não contaram, foi que nesse período vários clubes e casas de veraneio foram destruídos pela força do mar. O avanço das marés destruiu tanto casas ricas e *bungalows*, como as casas humildes de muitos pescadores que residiam na Praia de Iracema. Ocorreu dessa forma a expulsão deles e de suas jangadas com a construção do espigão e boa parte dos pescadores foi para outros pontos da orla, sobretudo Mucuripe e o Poço da Draga (Schramm, 2001). Para estes e para os moradores que já residiam nas proximidades, a Ponte Metálica permanece um referencial identitário importante.

A identidade territorial do Poço da Draga não pode ser compreendida isoladamente da formação e transformações que têm ocorrido na Praia de Iracema.

¹ Em virtude das normas éticas que conduziram a pesquisa, a identidade das pessoas entrevistadas está protegida por pseudônimos.

Esta, no século XIX, correspondia a um vasto areal, tendo no seu início a área conhecida como Prainha, onde se fizeram tentativas de estabelecer o porto de Fortaleza. A existência do areal e das várias dunas na região foi comprovada através de fotos antigas e também do depoimento dos moradores, que afirmam que havia uma duna nas proximidades do Pavilhão Atlântico, exatamente onde hoje se localiza a obra do Acquario.

Schramm lembra que a nomenclatura “Praia de Iracema” foi inventada em 1925, em detrimento do nome anterior, “Praia do Peixe”, vez que ali era um local tradicionalmente pesqueiro. Quando nasceu o interesse das elites por estabelecer residências ou casas de veraneio à beira-mar na década de 1920, as referências à atividade pesqueira foram consideradas de mau gosto, por lembrarem as origens humildes do lugar. A jornalista Adília de Moraes propôs a homenagem à índia heroína do romance escrito por José de Alencar, sendo realizado um abaixo-assinado propondo a mudança de nome. Conforme Schramm: “impunha-se, assim, a nova imagem da Praia do Peixe, mais adequada para seus novos usos, pois o mundo do trabalho parecia não ter mais lugar na praia que se tornava um símbolo de lazer das elites de então” (Schramm, 2001, p.67).

Entre os anos 1950 a 1980 a Praia de Iracema passou a ser conhecida como um *locus* de boemia e recanto cultural, sendo frequentada por estudantes, músicos e poetas principalmente em atividades noturnas (Barreira, 2007). Nesse período se deu o auge do Estoril, uma construção histórica em Fortaleza, que atualmente abriga a Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza. No entanto, o Estoril é mais conhecido por ter sido um clube de veraneio para os soldados americanos na década de 1940 e posteriormente um famoso bar e restaurante entre 1950 e o final dos anos 1980. Em contrapartida, a formação do Poço da Draga se deu inicialmente com pessoas que trabalhavam no porto ou eram pescadores. Há depoimentos que afirmam a existência da localidade já na época da inauguração da Ponte Metálica, associando a motivação de chegada dos primeiros moradores a oportunidades de trabalho:

Já tinha um núcleo habitacional do Poço da Draga desde que ela [a Ponte Metálica] foi inaugurada, as pessoas já vinham do interior fugindo da seca, né? Viam a possibilidade de melhorar de vida por conta do poder econômico que o porto trazia [...]. Aqui tinha muito prostíbulos, por conta dos marinheiros, muitas tapioqueiras também (Luzia, moradora, entrevista em 06/05/2015).

As mulheres trabalhavam em casa de família. Para os homens, tinha o Mercado dos Pinhões para vender as coisas. Uns trabalhavam nos navios, outros pescavam, vendiam peixe, lagosta, camarão. Meu segundo marido trabalhou no porto quando era novo e o cunhado dele. Mas eles já foram embarcados de navio, também (Dona Maria, ex-moradora, em entrevista

06/10/2016).

Na época, não havia meio de transporte para os trabalhadores, sendo necessário morar próximo às fontes de renda, circunstância que parece ter propiciado o adensamento na localidade. Mesmo após a transferência das operações portuárias para o Mucuripe, boa parte da ocupação continuou a ser constituída por pescadores, portuários e seus descendentes, sendo bastante forte a relação do Poço da Draga com o mar. O nome “Praia do Peixe” é ainda trazido por alguns, possuindo forte carga simbólica, no sentido da memória e da identidade. A memória do nome ausente que ainda se faz presente, ainda que para poucos, é algo significativo da relação das famílias de ex-pescadores e ex-portuários com o mar.

Não há muita precisão sobre o início da ocupação do Poço, pois a história da localidade vem sendo repassada através de relatos orais, o que torna alguns dados imprecisos. No entanto, as pistas conservadas através da oralidade não devem ser desprezadas, pois dados fragmentários podem ser bastante significativos quando considerados em conjunto. Os vestígios e os rastros também constroem a memória, e cabe sempre perguntar que caminhos percorrem os relatos até que se consolidem (Ginzburg, 2006). No caso do Poço, o mais provável é que a ocupação incipiente remonte à década de 1930, porém sem as características de favela, como nota Feitosa:

[...] o Poço da Draga, nos seus primórdios, não tinha todas as características de uma favela, como elevada densidade e problemas de saneamento. Na verdade, a colônia de pescadores que iniciou a ocupação do terreno sofreu um processo de favelização, entendida como a deterioração da área, em decorrência do crescimento da população e da falta de serviços públicos, como saneamento básico, escolas e postos de saúde (Feitosa, 1993, p.45).

Desse mesmo período é a chegada de uma das primeiras moradoras da localidade, Dona Lucinda, em 1936, quando a rua Viaduto Moreira da Rocha começava a se formar. Tratava-se da moradora mais antiga ainda viva no início da minha pesquisa, seguida de perto por outro residente conhecido e querido do lugar, o senhor Lopes, que nasceu no Poço da Draga e em 2019 estava com 84 anos, sendo o morador mais antigo a ter nascido na localidade. Seu Lopes contava que em 1940, ainda criança, levava água para os trabalhadores do Porto na Ponte Velha. Contou que na mesma área da Ponte antes existia um trapiche, sendo a área usada para escoamento de mercadorias. Segundo seu Lopes, o prédio da Alfândega fora construído por volta de 1890 para fiscalizar as cargas que já chegavam no Porto, o que reforça a possibilidade de em 1906 já haver moradores portuários no local. Dos navios desciam as cargas e as pessoas, sendo o traslado até a Ponte feito por lanchas. Para os passageiros havia o Pavilhão Atlântico, uma espécie de estação onde havia um café. Somente em 1954 o Porto do Mucuripe foi inaugurado,

sendo alterado esse grande fluxo.

Também sobre o início da localidade, dando ênfase aos motivos da legitimidade de permanência do Poço na área, o morador que guiava as visitas guiadas costumava argumentar a legitimidade da permanência por várias razões, sobretudo a antiguidade da ocupação. Segundo ele, ainda que houvesse questionamentos sobre a formação da localidade no início dos anos 1900, era inegável que tal ocorrera pelo menos na década de 1930 ou 1940, o que era demonstrado pelas vivências dos moradores. Cláudio costumava argumentar ainda a legitimidade nas casas no fato de a titularidade da área ser da União (o que tornaria o Poço “um bem de uso comum do povo”, segundo ele); no fato de ser uma Zona Especial de Interesse Social desde 2009; e alguns moradores possuem um registro na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) formalizando a posse. Os moradores, assim, teriam uma relação muito forte com o mar e com a praia, mas também com a história da cidade, sendo por ali que Fortaleza nasceu.

A maior parte do adensamento do Poço da Draga ocorreu no fim da década de 1950, sobretudo após 1958, quando houve uma das maiores secas do Ceará. A geração dos mais velhos se lembra bem daquela seca, ou porque foram diretamente atingidos ou porque conheceram muitas pessoas que chegaram à localidade por causa da estiagem. É possível concluir, na esteira de Feitosa (1993), que a ocupação se iniciou com pescadores e estivadores, em razão da centralidade econômica e de trabalho ao redor da Ponte Metálica. Nesse período inicial, não havia as características típicas de favelização, o que teria ocorrido posteriormente nas décadas de 1960 e 1970. As casas nesse período ainda eram basicamente de taipa e de madeira, muitas delas no formato de palafitas, para permitir o curso da água embaixo das casas quando das enchentes constantes. Destaca-se que a localidade foi se construindo na margem dos trilhos do trem, resultando nas ruas, becos e vielas sinuosas que o Poço possui atualmente.

Fortaleza, o Poço da Draga e seus acionamentos memoriais: Quais as pontes para o passado?

Diferentemente de outras capitais litorâneas, Fortaleza não dispõe de políticas de valorização da memória portuária. Pelo contrário, ao longo dos séculos XX e XXI várias intervenções públicas foram propostas para a área litorânea, chamadas por Lyra e Matos (2014) de “projetos espetaculares”. Dentre eles, as autoras citam: a) o Centro Cívico da cidade, para dinamizar e consolidar a Praia de Iracema e o Centro (Plano Diretor de Hélio Modesto em 1963) – não realizado; b) a construção do calçadão da Praia de Iracema pela Prefeitura Municipal de Fortaleza no início da década de 1990;

c) a reforma da Ponte dos Ingleses no final da década de 1990; d) a Rua 24h, proposta da Prefeitura de um setor comercial cujas lojas permaneceriam sempre abertas, em 1994 – não realizada; e) o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, construído pelo governo do Estado em 1998; f) o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos pelo governo do Estado em 2002 – não realizado no local e construído posteriormente na av. Washington Soares; g) a “revitalização” da Praia de Iracema: reforma do calçadão, a reabilitação de alguns edifícios antigos e a colocação de iluminação pública pela Prefeitura entre os anos de 2008 e 2012; h) o projeto do Acquario, pelo governo do Estado do Ceará obra iniciada em 2011 e até então inconclusa. Em todos esses casos, colocaram-se ameaças à permanência do Poço da Draga no local, seja pela previsão de sua remoção direta, seja pela sua gentrificação, em decorrência da especulação imobiliária. As obras espetaculares foram intervenções voltadas para o incremento do mercado turístico, no intuito de aumentar o fluxo de visitantes nacionais e estrangeiros. Neste sentido, o governo do Estado e a Prefeitura ao longo das últimas décadas têm priorizado as obras turísticas e de embelezamento, o que dá certa continuidade a práticas políticas observadas desde o século XIX na capital.

A negligência do Poder Público quanto à memória portuária fica evidente no tratamento diferenciado conferido às duas Pontes, a Metálica (ou “Ponte Velha”) e a dos Ingleses. É importante atentar para o fato de que ambas são chamadas de “ponte metálica” e permaneceram por muitas décadas abandonadas em termos de políticas públicas, sendo a dos Ingleses frequentada pelos pescadores locais e por jovens de toda a cidade que vinham para a contemplação do pôr-do-sol. Próximo à Ponte dos Ingleses desde a década de 1960 instalaram-se bares e restaurantes que estimularam os usos noturnos do lugar, tornando a Praia de Iracema conhecida pela boemia que a frequentava. Já a Ponte Metálica permanecia sem grandes investimentos, porém existindo como marco identitário do Poço da Draga, conforme se vê:

Essa região já foi área portuária e a única coisa que não mudou foi o *status* de moradia da comunidade. Isso é para ser reconhecido e valorizado. Porque depois que o porto mudou para o Mucuripe, o entorno ficou uma área de galpões abandonados. Então o poder público criou projetos para poder “revitalizar”. Fez o Centro Dragão do Mar [de Arte e Cultura] [...] Hoje a função dessa área é residencial, de lazer, de comércio, de turismo. Eu sou um entusiasta desse lugar e não permito que ele seja somente um ponto de vislumbre turístico. Olha, nós temos a história desse lugar primeiramente. (Cláudio, visita 23/05/2015).

Essa fala destaca os múltiplos usos da região considerada em uma escala maior do que a localidade. Apesar disto, o entrevistado declara ter o sentimento de que a memória do lugar não é “honrada”, afirmando que não são feitos investimentos na

memória e no reconhecimento da importância histórica da área em que se encontra o Poço. Esse trecho é emblemático porque podemos pensar como a memória é a um só tempo uma atividade humana e também um complexo de questões que envolve vários intermediários como o Estado (as políticas públicas), os agentes da mídia, a Universidade, dentre outros. O entrevistado fala da indignação pelo Estado supostamente não favorecer a memória da Ponte, que é esquecida e não foi reformada. Essa revolta diz respeito aos investimentos que foram feitos na outra, a “Ponte dos Ingleses”, considerada “comprometida” na década de 1990, ao que se seguiu a sua interdição em 1994. Isto ocorreu como parte de intervenções para “requalificar” a Praia de Iracema (Schramm, 2001), que incluíam, posteriormente, a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (Gondim, 2007). A partir de então, a Ponte dos Ingleses se tornou um dos pontos turísticos de Fortaleza, sendo alvo de muitos discursos positivos por parte dos fortalezenses em geral e dos entes públicos.

A confusão de nomes entre as duas pontes indica a proximidade sócio-histórica entre ambas: foram erguidas com o objetivo de facilitar o escoamento portuário, portanto sendo implícitas à construção do idealizado e fracassado porto; foram projetadas e construídas em sua quase totalidade por engenheiros e empresas inglesas; nas suas estruturas contaram com materiais pesados, do metal ao concreto, ganhando as duas o epíteto de “metálicas”; estão muito próximas, entre elas há cerca de 1,5 quilômetros de distância; foram construídas relativamente na mesma época, com alguma precedência da conhecida como “Antiga Ponte Metálica” ou “Ponte Velha”, ao lado do Poço da Draga.

Assinalo que ambas as pontes têm relação com o imaginário da Praia de Iracema, mas a ponte que marcou a história da cidade no sentido de ter sido usada como transporte de mercadorias e passageiros durante muitos anos foi a Metálica ou Ponte Velha. No entanto, houve todo um esforço discursivo ao longo das últimas décadas para afirmar a outra, a dos Ingleses, como marco da Praia de Iracema e de toda Fortaleza (Bezerra, 2008; Schramm, 2001). Nesse sentido, Roselane Bezerra (2008) destaca um material informativo (*folder*) da Prefeitura Municipal de Fortaleza convidando os habitantes locais e os turistas a conhecer a Ponte dos Ingleses, que até meados de 1940 teria sido central na estrutura portuária da cidade. No entanto, essa ponte nunca foi usada para esse fim, e sim a outra, mais antiga. Esse achado da autora é bastante revelador dos conflitos socioterritoriais observados na cidade, e principalmente na área da Praia de Iracema. Parece se tratar de um conflito em torno da identidade territorial: qual das pontes é um ícone da identificação da cidade? Penso serem as duas, mas apenas

uma foi realmente usada como estrutura portuária, e o dado em contrário corresponde a um discurso para a historicização de outra versão, mais condizente com as rotas turísticas solidificadas em Fortaleza.

De todo modo, as duas Pontes guardam relação com a história da Praia de Iracema e do Poço da Draga. A respeito da história da localidade, destaco que esta costumava ser contada lembrando as origens da ocupação e o desejo da maioria das famílias em permanecer no território, em face dos riscos que podem representar os projetos para requalificação da Praia de Iracema. Para os moradores, tais projetos desconsideram a memória coletiva e a identidade construída ao longo de décadas residindo no lugar. Nesse sentido de riscos para o lugar, destaco o Acquario, um oceanógrafo de iniciativa do Governo Estadual do Ceará e que desde 2015 é uma obra abandonada, envolta em uma série de questionamentos e de ações judiciais (Gondim, 2013). Este não prevê remoção, mas caso se efetive certamente implicará mudanças nas apropriações territoriais da área. Em 2013, em razão da obra foi construído um muro que circunda o Pavilhão Atlântico, tirando grande parte do acesso dos moradores até o mar. Quando da construção desse muro, os moradores gravaram um vídeo denunciando-o e publicaram em redes sociais. Essa intervenção gerou um significativo impacto, principalmente ao se considerar que os moradores não sabiam se o muro seria ou não provisório.

Durante a realização do Censo Comunitário entre os meses de fevereiro e junho de 2016² (Gomes, 2019), foi possível perceber que boa parte dos moradores tinham receio dos impactos negativos do Acquario, ressaltando o medo de serem removidos pela obra. Havia pessoas favoráveis à intervenção, principalmente aquelas que imaginavam que com a obra viriam turistas, emprego e renda para a localidade. Por outro lado, a chegada de turistas nem sempre era tão bem-vinda.

Vale ressaltar que os equipamentos culturais e turísticos da Praia de Iracema têm outro tipo de impacto no Poço da Draga, pois uma parte significativa dos moradores obtém sua renda de atividades relacionadas ao lazer na região: alguns trabalham como vendedores ambulantes de comidas e bebidas, outros como catadores de materiais recicláveis. Há também os que trabalham na feira que ocorre na Rua José Avelino, por trás do Dragão do Mar, seja na venda de roupas, de alimentação, no aluguel e no

² Pesquisa realizada pelos próprios moradores, em colaboração com docentes e discentes da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com o objetivo de conhecer a localidade e se contrapor a dados oficiais dos censos estaduais, municipais e o Censo do IBGE, que segundo alguns moradores não são verossímeis com as características da localidade.

armazenamento das estruturas das bancas, ou ainda como guardadores de carros. Esta é uma feira popular de grandes proporções que ocorre nas proximidades do Centro Cultural Dragão do Mar, voltada principalmente para itens de vestuário.

Os eventos que ameaçam a permanência das famílias do Poço da Draga são relacionados diretamente ao contexto econômico em várias escalas, seja local, estadual, nacional ou até internacional. Não é possível pensar em escalas apenas locais, vez que os lugares hoje possuem conexões de várias ordens, com outras regiões, ou mesmo com o mundo. Nesse sentido, Ulf Hannerz (1997) e Nestor Canclini (2003) apontam para a necessidade de evitar o romantismo da ideia de “comunidade isolada”. No Ceará, desde o período conhecido como “Governo das Mudanças” (Gondim, 2007), o Estado e o mercado imobiliário vêm fazendo investimentos nas áreas de hotelaria e grandes obras de rodovias e aeroportos. No plano local, Fortaleza passou por uma série de intervenções de “requalificação urbana” (Barreira, 2010) em especial na orla no trecho Beira-Mar e Praia de Iracema, o que de forma direta ou indireta influenciou no Poço da Draga, criando ameaças reais ou potenciais para a remoção.

O que tem ocorrido, historicamente, são projetos de intervenção urbanística que interferem direta ou indiretamente no Poço da Draga, quase sempre desconsiderando a ocupação, seja pelo Poder Público ou por grupos privados, evidenciando a centralidade da dimensão territorial para a vida dos moradores. Além das ameaças de remoção por conta de obras públicas, a vizinhança de um grupo privado, a Indústria Naval do Ceará (INACE), traz à memória a remoção de algumas famílias nos anos 1980 para o Conjunto Palmeiras, desconstituindo a anterior Praia Formosa, que compunha para eles o Poço da Draga.

Através da análise de várias pesquisas sobre o Poço da Draga, assim como das entrevistas realizadas por mim entre 2015 e 2018, bem como das feitas por Heloísa Oliveira, Vancarder Brito e Linda Gondim, pude concluir que as remoções no Poço da Draga ocorreram em quatro momentos. Uma observação importante diz respeito ao fato de que “remoção” normalmente se compreende como um processo de expulsão das famílias de suas moradias, porém concluí que, ao longo das décadas, os motivos que promoveram a saída das famílias foram sociais e ambientais.

De uma forma geral, a observação e as entrevistas me levaram a concluir que o Poço da Draga se localizava ao lado da chamada Praia Formosa, uma extensa faixa de praia que se estendia desde a Ponte Metálica (Ponte Velha) até as proximidades do Arraial Moura Brasil. Neste sentido, os moradores antigos relatam um forte sentimento em relação à Praia Formosa, que deixou de existir entre o final da década

de 1960 e início de 1970, precisamente com a instalação da Indústria Naval do Ceará (INACE) pelo grupo Gradwohl. A empresa começou a instalar-se na área em 1968 e nos anos seguintes foi ampliando seu domínio, comprando as casas dos moradores e, conforme uma entrevistada, apontando novas áreas para que eles ocupassem. A Praia Formosa se desfez e muitos foram para o bairro Conjunto Palmeiras, aparentemente porque representantes da indústria diziam às famílias que nesse bairro havia locais vazios para que construíssem habitações.

Posteriormente, entre 1984 e 1985 a INACE passou por um processo de expansão, criando um novo pátio para o transporte de navios de até 1.800 toneladas do mar até a indústria. Esta expansão ocorreu após a retirada de mais algumas famílias do Poço da Draga, constituindo o que entendi como outro momento de remoções. Tive a oportunidade de entrevistar em 08/10/2016 uma senhora que passou por este processo, Dona Joana, hoje residente na Barra do Ceará. Com seu relato, entendi melhor as negociações para a saída das famílias e pude perceber que vários moradores foram embora ou pela pressão da INACE ou pela própria invasão das marés. Boa parte das casas dessa área (Beco do Estaleiro ou Beco do Macaqueiro) sofria constantemente com as enchentes decorrentes das chuvas ou das marés altas. As razões para a saída foram mais complexas do que parecia em um primeiro momento. Nesta segunda ocasião, portanto, houve o fator da pressão da Indústria Naval (INACE) e as más condições de moradia, associadas aos riscos relacionados às enchentes. Apesar dessa multiplicidade de fatores, não se pode diminuir o impacto da pressão pela remoção, o que foi enfatizado por outras entrevistadas, que enfatizaram que a INACE foi a principal responsável pela remoção dos moradores do Poço da Draga, quase não havendo remoção pelo governo, porém os fatores relacionados às enchentes não podem ser desconsiderados. Há ainda a hipótese de que, sem se responsabilizar financeiramente por algumas casas, a INACE teria pressionado pela saída dos imóveis e apenas teria apontado terrenos vazios em outros bairros para que as famílias fossem.

Em um terceiro momento, ocorreu a retirada das casas por volta dos anos 2000, no microterritório conhecido como Praia da Carminha, nas proximidades da Ponte Metálica. Aqui também houve a iniciativa da INACE para ampliar parte do estaleiro para a área, mas uma das maiores motivações de saída das famílias foram as marés. Entrevistei um morador que saiu exatamente desse local, Lucas, que confirmou que para eles o fator principal foi a força do mar, que já estava derrubando o muro da casa de um dos membros da sua família. Por fim, em 2013 houve a retirada das últimas casas restantes na Ponte Metálica pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, diferentemente

dos demais períodos, em que não houve participação governamental.

Sobre os territórios perdidos, um que era bastante lembrado pelos moradores era o antigo campinho, que foi construído coletivamente nos anos 1990, nas proximidades da Ponte Velha. Tratava-se da única área de lazer da localidade, e notei por parte das pessoas um orgulho de tê-lo feito, em contraponto ao que sempre reclamaram da ausência do Estado. Esse campo foi desfeito pela Indústria Naval para construir um portão de acesso de caminhões para o Estaleiro, e posteriormente o espaço não foi “devolvido”. Durante muitos anos, os moradores se ressentiram dessa perda, que em parte foi resolvida em fevereiro de 2016 quando uma Quadra Poliesportiva foi entregue ao Poço pela gestão municipal. Apesar disso, o campinho ainda é lembrado como uma área removida, pela qual muitas famílias nutrem afeto e lembranças.

O campinho foi um microterritório perdido que parece se somar aos vários outros que foram desfeitos dentro da localidade, constituindo um patrimônio de memórias e de ausências, conforme se verá. O afeto das coisas perdidas, para muitos, continua sendo traduzido por indignação e mágoa. Muitos relataram a revolta por conta do que já foi, diante da impossibilidade de mudar o que já passou, e ainda temendo a possibilidade de que tais eventos venham a se repetir no futuro, pois a localidade continua sendo vizinha da INACE e, até então, da obra do Acquário.

A ponte metálica, memória, identidade e patrimônio

A respeito dos territórios que eram e não são mais e dos microterritórios que sumiram juntamente com as famílias expulsas, pude destacar na análise que outras perdas foram sentidas fortemente pelos moradores. Uma das ausências principais foi a saída das “Irmãzinhas” (freiras da ordem das Josefinas) na década de 1990. A remoção com os territórios perdidos se mostra como algo que ficou bem marcado na lembrança dos moradores, seja aquela promovida pela expansão do estaleiro, ou mesmo a que ocorreu em razão do avanço das marés. Ainda atualmente trata-se de uma questão dolorosa, pelas famílias e pelos territórios que se foram, e também pela possibilidade de outras remoções ocorrerem no futuro.

As falas de boa parte dos moradores enfatizavam a ausência atual das Irmãzinhas, do antigo campinho de futebol, das casas em cima da Ponte, do antigo Chafariz. São fortes também as queixas relativas à inexistência de políticas de preservação patrimonial, em especial sobre a Ponte Metálica, que se encontra em ruínas e frequentemente tem seu acesso bloqueado por técnicos municipais, em razão da insegurança, com o risco de desabamento e demais acidentes. Muitos lembravam ainda

das pedras que foram retiradas quando do aterramento da Praia de Iracema na década de 1990, ausência que foi sentida porque aquelas pedras eram espécies de mirante onde se assistia ao pôr-do-sol. Uma moradora me contou que cada um tinha sua “pedra preferida”, seu local de contemplação. Essa mesma senhora afirmou em uma audiência pública:

Eu nasci no Poço da Draga, cresci lá, fiz 47 anos no domingo e não me sinto morando noutro lugar que não seja perto da praia. Ali, eu vi meus filhos crescerem, tá ali um, o João, mais velho, que vai fazer 28 anos, e um outro menorzinho de 4 anos que está aqui comigo... E lá é assim: ah, a gente está estressada? Pois vamos lá na Ponte, ver o pôr-do-sol, vamos sentar na pedra [...]. Mas aí não tem mais pedra, porque a prefeita simplesmente aterrou as pedras, mudou o panorama, mudou a paisagem. Eu sinto como se estivessem mexendo no meu quintal (Luzia, moradora, 25/05/2012 em audiência pública na Câmara Municipal de Fortaleza).

Não se pode esquecer que a memória é seletiva, havendo razões para que determinadas coisas sejam lembradas e outras não. Conforme Pollak, “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (Pollak, 1992, p.4).

A memória dos velhos pode ser alterada com o passar do tempo e a repetição da história oficial, que os faz esquecer como vivenciaram determinadas coisas. Há, portanto, um inevitável imbricamento de memória individual e história-discurso oficial. Por isso, Pollak insiste na importância de considerar a memória enquanto uma produção a um só tempo individual e social:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (Pollak, 1992, p.5).

A lembrança ocorre como processo construído de forma relacional, a partir dos diálogos e dos conflitos entre os grupos. Aquilo que se lembra e, principalmente, o que não se lembra são diretamente relacionados a questões políticas, inclusive as políticas públicas. Percebe-se, assim, a importância da cristalização da memória para os grupos, o que ocorre no caso do Poço da Draga, demonstrando a preocupação coletiva com o fortalecimento identitário.

Destaca-se que a memória pode ser orquestrada para fins de identidade de um grupo ou de uma nação. Nesse sentido, Candau é peremptório ao afirmar que “a memória é, de fato, uma ‘força de identidade’. Igualmente, outros autores observam que as ideologias que prevalecem nas ‘memórias migrantes’ jogam com as fronteiras da

alteridade para produzir, pela distinção, as identidades sociais” (Candau, 2012, p.17). Este esforço foi percebido durante a pesquisa de campo no Poço da Draga, em que diversos eventos foram observados e neles ficou nítida a intenção de fortalecer as memórias do grupo.

Há uma dialética intrínseca entre memória e identidade, sendo conceitos inter-relacionados: um atua na construção do outro, o que foi percebido na etnografia com o Poço da Draga. Além disto, afirma Candau que a memória tanto nos modela, quanto nós a modelamos, o que “resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento” (Candau, 2012, p.16). Candau vai mais longe e afirma que a memória é a identidade em ação:

A memória é a identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade, tal como mostram os trabalhos sobre as lembranças de traumas e tragédias como, por exemplo, a anamnese de abusos sexuais na infância ou a memória do Holocausto. De fato, o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos: no domínio da ‘identidade étnica’, a completa assimilação dos indivíduos pode ser contestada pela sociedade que os acolhe, desde que o trabalho de esquecimento de suas origens não tenha se completado (Candau, 2012, p.18).

Neste sentido, a identidade necessita da memória para ser formada, nos mesmos termos descritos por Michael Pollak. A memória é geradora de identidade, e quanto mais fortes as memórias, mais sólidas as identidades, sejam individuais ou não. Candau e Pollak afirmam que não há busca identitária sem busca memorial. Basta se pensar nas circunstâncias sociais, históricas e políticas que permitiram o imperialismo e a dominação econômica e cultural de algumas nações sobre outras. A nação e o grupo que subjuga realiza empreendimentos no sentido de desconstruir ou desconsiderar as memórias do grupo mais fraco e progressivamente enfraquecer a identidade daquele grupo ou povo, o que favorece a relação de dominação. Ao atacar a memória, as perdas identitárias serão significativas, e a História da humanidade fartamente o demonstrou.

Candau lembra Pierre Nora (1993), quando este afirmou que identidade, memória e patrimônio são três elementos-chave da consciência contemporânea. Comentando esta questão, Candau aprofunda e diz que o patrimônio é, na verdade, uma das dimensões da memória. E reitera que a memória tem o papel precípua de reforço identitário, nos níveis individual e coletivo. Neste sentido, nos casos de reconstituição da memória de pessoas desaparecidas em regimes de exceção, por exemplo, trata-se de devolver a identidade a ela e seus familiares.

Sobre os mecanismos de transmissão da memória coletiva ou, nos dizeres de Joel Candau, de transmissão de metamemórias (as representações sociais da memória), pode-se pensar em uma série de estratégias utilizadas pelo grupo para impedir que as lembranças se dissipem. Cada pessoa tem suas próprias estratégias e suas próprias lembranças do grupo. Daí a importância de recontar e de promover encontros e narrativas de inculcação e inscrição memorial, através da oralidade. No Poço da Draga, esses eventos de inculcação e inscrição memorial se davam durante os aniversários em maio e também na realização das visitas guiadas por Cláudio e nas rodas dos Guardiões da Memória. Todos esses eram rituais que, no Poço, possibilitavam que algumas determinadas memórias do grupo se fortalecessem, consistindo em memórias compartilhadas por boa parte do grupo. No entanto, não se deve esquecer que cada indivíduo lembrará sempre com suas particularidades, conforme se disse, o que é explicado através dos esforços de totalização existencial.

A relação entre as memórias e as identidades é descrita por Candau como um “tecido memorial coletivo”, que tem por responsabilidade alimentar o sentimento de identidade (2012). Trata-se de um ato de memória que corresponde a uma totalização existencial, onde justamente entram em cena as memórias organizadoras de cada grupo. Em sentido inverso, se houver a diluição de objetivos e se os projetos se tornarem fracos, diminui a possibilidade de aparição e fortalecimento das memórias, o que acarreta o enfraquecimento da identidade. Dessa forma, “a ilusão do compartilhamento se esvanece, o que contribui para um desencantamento geral” (Candau, 2012, p. 77-78).

Candau conceitua a memória como “menos uma memória profunda do que a percepção de um passado sem dimensão, imemorial em que se tocam e por vezes se confundem acontecimentos pertencentes tanto aos tempos antigos quanto aos períodos mais recentes” (Candau, 2012, p. 86). O autor afirma que através do fortalecimento memorial o grupo pode organizar de maneira mais estável a representação que faz de si mesmo, sua história e seu destino. Assim, a forma do grupo garantir a transmissão das memórias é a construção de oportunidades coletivas de repetição, em que a história do grupo seja permanentemente recontada. No caso de grupos pequenos, assim como o caso do Poço da Draga, ora estudado, pode-se citar a existência de vários momentos relevantes em que ocorre esse “repasso memorial” - que é também, sempre, uma reconstrução presente do que foi vivenciado ou experienciado no passado.

Posso citar a criação de momentos rituais em que as histórias são recontadas (Connerton, 1993), os vínculos sociais são fortalecidos no caso do Poço, sendo estes

eventos o maior exemplo de como os moradores mais engajados compreendem a relação entre as categorias discutidas neste trabalho. A partir dos autores estudados, compreendo que memória e identidade são fenômenos complementares. Da mesma forma, foi visto como o território guarda relações com a identidade e com a memória.

Na pesquisa, muitos moradores fizeram questão de enfatizar o passado e a memória do Poço da Draga. Atualmente, em razão das disputas acerca da construção do Acquario, alguns discursos têm se tornado mais inflamados, reivindicando o reconhecimento do patrimônio cultural da área. Curiosamente, a história e a memória da cidade também têm sido utilizadas por quem defende a obra, como se observa:

Para que um Acquario no Ceará? Pela história. Pela relação grande com o mar, a jangada e tal. Poeticamente falando, o Ceará tem isso. E a gente extrai do mar o medo, a energia, o pré-sal. Temos grandes histórias e lendas para contar, de navegações, viagens [Leonardo Fontenele, responsável pelo projeto arquitetônico da obra, em 24/06/2015].

Falas como essa têm gerado indignação de alguns moradores que compreendem que a maritimidade não será homenageada com o Acquario, vez que os jangadeiros e os pescadores não aparecem senão como elemento imagético, exótico, algo a ser explorado como paisagem. A história da cidade foi escrita por esses pescadores, que ao longo das últimas décadas foram sistematicamente expulsos para a periferia, em razão da especulação imobiliária. No entanto, não está sendo construído um Museu do Mar ou dos Jangadeiros, tratando-se de uma obra faraônica de traços futurísticos que pouco dialoga com os elementos locais. A este respeito, é emblemática a fala de Cláudio, que se refere ao Acquario como uma “boneca de vidro”:

Nossa cidade é nossa mãe, nos acolhe, nos dá educação, alimentação, saúde, emprego e, sobretudo, um lar [...]. E então, nós compramos uma Boneca de Vidro pra contar a história da nossa mãe? A cidade-mãe permite que se possa impedir sua morte e resgatar sua matéria, nós é que esquecemos que ela é sim a nossa mãe, e de muitos. Apagar a história da sua cidade é o mesmo que apagar a história da sua mãe [...]. Bem-aventurados os filhos dela que não a substituem por uma mãe de brinquedo, de vidro, e de água. Essa mãe pulsa ainda, esperamos que ainda dure muito pra servir de exemplo aqueles desesperados por recursos materiais - dinheiro - pra que saibam ou no mínimo compreendam que o que nunca morre é a memória, a matéria sempre há de perecer um dia, nela vai gente, casas, prédios, ruas, e aquários também (Cláudio, em sua página na rede social *Facebook*, no dia 28 de junho de 2015).

Cláudio, por ser morador e geógrafo era o responsável por quase todas as visitas guiadas pelo Poço. Nesses momentos, era através do seu olhar que conhecíamos a área, ouvindo diversas histórias marcantes. Ele nasceu no Poço, brincou e pescou muito na Ponte Metálica e colecionava fotografias antigas sobre o Poço e revelava que um de seus desejos era a preservação da memória do Poço, inclusive através de formas

institucionais como os museus. Percebi nas falas dele e de outros moradores que a memória não se nutre apenas da racionalização e da lembrança de fatos, mas é composta substancialmente de emoções, de afetividade. Lembramos mais do que nos afeta diretamente e ainda mais do que nos toca enquanto grupos, como afirmado por Hallbwachs (2013), Bosi (1994) e Gondim (2001). O passado é uma fonte de identificação de pertencimento, restando claro mais uma vez as fortes relações entre memória e território no Poço da Draga.

Com este último exemplo acerca das disputas sobre o Acuario, observei que as memórias também estão em conflito, vez que cada grupo possui interesses diferentes e utiliza argumentos que legitimem suas pretensões. No caso dos moradores, afirmavam querer a permanência no local com a melhoria da qualidade de vida, conforme reivindicavam desde os anos 1980 com sua Associação local. A seu favor, argumentavam o tempo de ocupação e a participação direta na construção das riquezas da cidade, através do trabalho como pescadores e portuários. De outro lado, interesses empresariais e de governo se articulavam em nome do “desenvolvimento” e do turismo.

Havia alguns indivíduos no grupo que se preocupavam mais no sentido da cristalização, da instituição da "memória comunitária" para que esta "não se perdesse". Trata-se de um esforço acima de tudo para garantir a identidade e a coesão do grupo. Eram estas pessoas que mais destacavam esse objetivo como algo prioritário para a localidade, de forma que estabeleceram estratégias para esta cristalização que tentavam repassar para o resto do grupo, a um só tempo solidificando e afirmando tanto as "narrativas oficiais" quanto a si próprios e os mais idosos como "legítimos narradores", em maior ou menor medida.

Entre os anos de 2010 a 2016, sobretudo nos períodos próximos à comemoração do aniversário da Ponte e do Poço, alguns falavam da necessidade de criação de um memorial comunitário, do registro oficial das origens comunitárias, da realização de visitas guiadas, entre outros atos e eventos. Cabe destacar, no entanto, que em outros momentos, tais ideias (a exemplo do Memorial) também foram apresentadas por outros sujeitos, conforme apurei em entrevistas. Voltando às ideias que partiam dos próprios moradores, destaco que algumas não eram exatamente recentes. Apesar disto, a preocupação memorial se exacerbou entre os anos de 2014 a 2018, com os aniversários do Poço da Draga, as rodas de Guardiões da Memória e as visitas guiadas. Nesses momentos, os organizadores do evento apontavam como legítimos narradores os moradores mais velhos, pois lá residiam há muitas décadas e podiam relatar com maior veracidade e afetividade como era o Poço da Draga, relatando os principais fatos

históricos e a resistência contra todas as investidas de expulsão.

De uma forma geral, era uníssono que os mais velhos eram os detentores da maior legitimidade, e sobre isso Bosi (1994) falou a respeito da função social dos velhos, no sentido vivencial, por possuírem maior experiência. Por outro lado, alguns outros moradores não-idosos eram apontados como legítimos narradores em função de outros fatores, seja pelo reconhecido trabalho em prol da coletividade, seja pelo fato de terem concluído os seus estudos formais. Tal reconhecimento implicava que estes últimos eram apontados para darem entrevistas ou para representarem as famílias em atos como audiências públicas. Dentre estes sujeitos, destaco um dos meus interlocutores principais, Cláudio, que teve grande importância no surgimento do movimento ProPoço e na elaboração do Censo, desde 2015 propondo e realizando várias atividades no sentido do grande interesse pela questão memorial.

Além da preocupação dos próprios moradores, é preciso destacar que alguns atores de fora atuavam como “apoiadores externos”, sendo significativos na contribuição para o fortalecimento comunitário e memorial. Tal foi o caso de alguns movimentos sociais, associações ou ONG’s. Nas décadas de 1980 e 1990 teve papel destacado a Igreja Católica, em especial através da Arquidiocese de Fortaleza com a ONG Centro de Defesa e Promoção de Direitos Humanos (CDPDH). Mais recentemente, um movimento que se aproximou da localidade foi o Quem Dera Ser um Peixe (Gondim, 2013). Este grupo, articulado em torno das críticas à construção do Acquario, realizou várias atividades na Praia de Iracema, algumas delas dentro do Poço da Draga, declarando apoio aos moradores, defendendo a sua permanência na área e a não construção do Acquario. Este movimento teve forte expressividade nas redes sociais e foi responsável pela criação de campanhas de impacto, através de peças publicitárias, pequenos vídeos e depoimentos. A defesa da memória da Praia de Iracema e do Poço da Draga era um dos pontos levantados pelo movimento.

Além dos movimentos sociais, cabe destacar que o Poço da Draga é uma localidade que há décadas desperta interesse de pesquisadores, tanto estudantes quanto professores, das mais variadas searas do conhecimento (Feitosa, 1993; Oliveira, 2006; Sousa, 2006; Gondim, 2008; Rodrigues, 2013; Bessa, 2015; Nogueira, 2017; Teixeira, 2017; Oliveira, Barbalho, 2017). Alguns destes, de uma forma ou de outra, mantiveram um vínculo com alguns moradores.

Algo emblemático eram as falas dos moradores sobre os eventos ocorridos “na outra casa”, significando não uma casa anterior, mas a mesma, porém antes da reforma. Para mim, ficou nítida a existência de um verdadeiro palimpsesto de casas, em que as

atuais vão sendo construídas e escritas por cima das versões anteriores e de uma forma bastante sensível às famílias não costumam esquecer cada uma delas. O apego ao território ocorria, dessa forma, em vários níveis: o bairro, a Praia de Iracema, a Ponte Metálica, o mar, o Poço como um todo, a vizinhança, a própria casa (ou as “várias casas”). Muitos moradores sempre que tinham oportunidade ressaltavam que jamais se mudariam do Poço, sob pena de morrerem por falta de “suas raízes”. Dizia Dona Fabrícia: “Só saio daqui para a terra do pé junto”, pois afirmava ser como uma árvore, que “se tirar daqui, não sobrevive. Se me tirar daqui, minha filha, minha raiz não se planta”.

À luz dos estudos de Candau (2012), parto da premissa de que somente a metamemória, ou seja, as representações sobre a memória podem ser compartilhadas. É inegável que a realização e reprodução de materiais como filmes, documentários e exposições fotográficas são formas de reprodução destas representações das quais a memória é feita. Evidentemente, os moradores podem desenvolver algumas destas atividades sozinhos, sobretudo aqueles que já possuem formação e material de gravação. No entanto, a existência de projetos e ações seja de universidades ou de movimentos sociais que contribuam para o fortalecimento memorial caminham no sentido do desejado pelos moradores que realizam as principais atividades, a exemplo dos aniversários do Poço.

Nos múltiplos eventos que ocorreram no Poço da Draga, bem como em várias situações cotidianas, pude observar várias práticas semelhantes àquilo que o autor chamou de “narrativas de identidade” (Candau, 2012). Isso significa dizer que a identidade em si mesma não pode ser de fato totalmente rememorada, ainda mais porque não se sabe se nós mesmos possuímos conhecimento preciso sobre quem somos. O fato é que, ao contar de nossa vida e nossa identidade para alguém, não nos lembramos de tudo e menos ainda tudo contamos. O que acontece é que são feitas “narrativas de identidade”, “um 'discurso de apresentação de si' que terá a forma de uma 'totalidade significativa' [...] pretende nada deixar na sombra e [...] se apresenta como um somatório de atos do passado que seria o resultado lógico, quase aritmético, o que é sempre verdade para quem recorda” (Candau, 2012, p.70).

Assim, compreendo que somente através do fortalecimento das memórias é possível falar em identidades fortes. Em contextos de disputas territoriais, caso do Poço da Draga em sua existência na Praia de Iracema, a identidade e a memória funcionam como recursos estratégicos de enfrentamento dos interesses contrários.

Considerações finais

A perspectiva de que a Praia de Iracema é um local histórico, e que, como tal, deve ser preservado e reconhecido, não é compartilhada apenas pelos moradores. Cabe destacar que muitos estudos vêm sendo desenvolvidos sobre a área (Barreira, 2007; Bezerra, 2008; Costa, 2005; Gondim, 2007; Schramm, 2001; Sousa, 2006). Enquanto principais conclusões deste estudo, destaco a existência de uma valorização patrimonial da Ponte dos Ingleses, em razão da vinculação turística, e uma invisibilização da Ponte Metálica, a despeito de ter sido essa que serviu ao Porto da Prainha e ser utilizada, ainda hoje, para pesca e para lazer dos moradores. Observei que os usos do Poço da Draga não vêm sendo considerados pelas políticas públicas e que a forma de os moradores resistirem a esses apagamentos são os eventos cíclicos de inscrição e socialização memorial através dos aniversários da localidade, sempre vinculados ao aniversário da Ponte Metálica, datada de maio de 1906. A comunidade opta, assim, por partilhar seu nascimento com a Ponte, em uma tentativa de demonstrar ser uma ocupação centenária, buscando seu reconhecimento e permanência.

Apesar de Fortaleza não ser uma cidade com tradição patrimonialista, no sentido de que as políticas de preservação cultural ainda são incipientes, a Prefeitura Municipal de Fortaleza inaugurou o Centro de Memória da Praia de Iracema, em 13 de fevereiro de 2019, no prédio do Estoril. Segundo os organizadores, a iniciativa visou “resgatar a história do bairro”. Em matéria divulgando a inauguração no site da Prefeitura, o texto ressaltava que o objetivo do Centro é reunir “histórias e memórias afetivas da região e seus moradores”, buscando “valorizar a identidade da comunidade, fortalecendo a sensação de pertencimento ao local”. O Centro possuía visitação gratuita, em exposição disponível de terça a domingo, entre 16h e 20h (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2019).

Compreendo que a inauguração de um equipamento desta natureza vai ao encontro das iniciativas dos próprios moradores do Poço da Draga no sentido do reconhecimento da memória local. Neste sentido, é emblemático que inclusive as expressões utilizadas na matéria de divulgação do evento sejam semelhantes às palavras que normalmente eram reiteradas nos eventos como o aniversário e as visitas guiadas (“memórias afetivas”; “valorizar a identidade da comunidade”; “pertencimento”).

Destaco que o espaço do Centro de Memória constituía uma única sala, porém repleta de fotografias atuais e antigas, vídeos e elementos considerados típicos da vivência “tradicional” da Praia de Iracema. A experiência sonora também era bastante

explorada, com a presença de alguns fones de ouvido espalhados pela sala, para que se ouvissem os relatos dos moradores. Considero que a presença dos moradores do Poço da Draga foi bastante ressaltada, seja através do destaque conferido às suas narrativas, seja pela centralidade da Ponte Velha na totalidade da exposição. Quando da inauguração, destacavam-se: uma parede inteira reservada para a projeção do mar se chocando contra as pedras de contenção no Calçadão, com o forte e característico ruído produzido pelas ondas e pelo vento; uma pequena câmara com óculos para visualização em 360 graus da Ponte Velha e proximidades; e outra parede para exibição dos moradores e suas narrativas sobre a Praia de Iracema, em que diversos residentes do Poço da Draga tiveram lugar de fala privilegiado. No centro da sala estavam dispostas algumas cadeiras de balanço (inclusive uma infantil) para que os visitantes pudessem se sentar e apreciar a exposição como um todo, aproximando-se de outra vivência local: as cadeiras na calçada.

Os moradores com quem conversei se mostraram entusiasmados. Pude perceber que, pelo menos em algum sentido, sentiram-se reconhecidos pelo fato de que foram procurados e gravados para contar suas histórias sobre o bairro, sendo de alguma forma incluídos na representação oficial sobre a Praia de Iracema. Compreendo que a existência de um Centro da Memória com a inclusão dos moradores do Poço foi um passo importante no reconhecimento da sua participação na construção da Praia de Iracema e de Fortaleza. Esse passo certamente tem relação com as lutas por reconhecimento empreendidas pelos moradores nos últimos anos, conforme se viu. De outro lado, as políticas de preservação patrimonial seguem incipientes na cidade e a demanda dos moradores acerca do restauro e/ou tombamento da Ponte Metálica ainda constituem uma expectativa a realizar, para muitos.

CITY, MEMORY AND HERITAGE: FORTALEZA AND ITS BRIDGES WITH THE PAST

Abstract: In this article I carry out an analysis derived from my doctoral thesis in Sociology on the relationships between collective memory, territoriality and identity in the city. Through sociological ethnography combined with documentary analysis, I followed events and rituals commemorating the anniversaries of Poço da Draga, one of the oldest occupations in Fortaleza. In the thesis, I analyzed community anniversaries, guided tours and Guardians of Memory circles (emic term), between 2014 and 2018, and how much these events allow us to understand the construction and legitimization of collective memory, activated in defense of that territory. In the article, I discuss specifically the material and symbolic connections of residents in relation to the Metallic Bridge, and what this represents about the construction of the memory of Fortaleza, a city that has no heritage tradition, but overflows with memory and invisible experiences. I understand the case of Poço da Draga as emblematic to reflect on the resistance and (r)existences in the city, in the sense of individual and collective memories and also of collective heritage that are not made visible by the Public Power, but that pulse and remain alive for others shared paths and struggles.

Keywords: Memory. Heritage. City. Poço da Draga.

CIUDAD, MEMORIA Y PATRIMONIO: FORTALEZA Y SUS PUENTES CON EL PASADO

Resumen: En este artículo realizo un análisis derivado de mi tesis doctoral en Sociología sobre las relaciones entre memoria colectiva, territorialidad e identidad en la ciudad. A través de la etnografía sociológica combinada con el análisis documental, seguí eventos y rituales que conmemoraban los aniversarios de Poço da Draga, una de las ocupaciones más antiguas de Fortaleza. En la tesis analicé aniversarios comunitarios, visitas guiadas y círculos de Guardianes de la Memoria (término emic), entre 2014 y 2018, y en qué medida estos eventos permiten comprender la construcción y legitimación de la memoria colectiva, activada en defensa de ese territorio. En el artículo, analizo específicamente las conexiones materiales y simbólicas de los residentes en relación con el Puente Metálico, y lo que esto representa sobre la construcción de la memoria de Fortaleza, una ciudad que no tiene tradición patrimonial, pero que rebosa memoria y experiencias invisibles. Entiendo el caso de Poço da Draga como emblemático para reflexionar sobre las resistencias y (r)existencias en la ciudad, en el sentido de memorias individuales y colectivas y también de patrimonio colectivo que no son visibilizados por el Poder Público, pero que pulsan y seguir vivos por otros caminos y luchas compartidos.

Palabras clave: Memoria. Herencia. Ciudad. Poço da Draga.

Referências

BARREIRA, Irllys. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. **Análise social**, Lisboa, v. XLII (182), 2007, p. 163-180.

BARREIRA, Irllys. Pulsões no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. **Cadernos CRH**, Salvador, vol.23, n.59, maio/ago. 2010.

BEAUD, Stephane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BESSA, Edson Alencar Collares de. **O Poço da Draga e a construção do Acuario Ceará**. 2015. 135 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BEZERRA, Roselane Gomes. **O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”**: usos, apropriações e representações de um espaço urbano 2008. Tese de Doutorado. Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,

2008.

BEZERRA DE MENEZES, A. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: _____. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. pp.283-350.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta, 1993.

COSTA, Sabrina Studart Fontenele. Praia de Iracema e a revitalização de seu patrimônio histórico. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S.l.], n. 18, p. 48-59, dec. 2005. ISSN 2317-2762. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43419>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

DANTAS, Eustógio Wanderley Dantas. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **A favela e a biblioteca**. São Paulo: Annablume, 1993.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997.

GOMES, Marília Passos Apoliano. **Um mar de histórias**: memória, identidade e territorialidade no Poço da Draga. 2019. 281f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. A construção social da memória na moderna Fortaleza. In: AGUIAR, Odílio *et al* (Org.). **Olhares contemporâneos**: cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna**: cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. O Acquario e os peixes: grandes projetos de requalificação urbana e movimentos sociais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 29, 2013, Santiago. **Anais do XXIX Congresso do ALAS**. Santiago: [s/n], 2013.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 7-39, 1997.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza**. São Paulo: Annablume, 2003.

LYRA, Luna; MATOS, Camila. **Trópicos utópicos**: uma poética de resistência nos espaços residuais. 2014. 238f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Arquitetura e

Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

NOGUEIRA, Amanda Máximo Alexandrino. **Práticas alternativas**: um ensaio para o Poço. 2017. 169f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, 2017.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, n. 10, 1993, pp. 7-28.

OLIVEIRA, Bruna L. F. Lima; BARBALHO, Alexandre. Histórias da terra e do mar: narrativas cartográficas sobre direito à cidade na comunidade poço da draga sob uma perspectiva descolonial. In: ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 10, 2017, Fortaleza. **Anais do X ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/27050/56557>>. Acesso em 10 jan. 2018.

OLIVEIRA, Heloísa M. Alves. **O Poço da Draga e a Praia de Iracema**: convivência, conflitos e sociabilidades. 2006. 108f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Prefeitura de Fortaleza inaugura Centro de Memória da Praia de Iracema**. Disponível em:

<<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-inaugura-centro-de-memoria-da-praia-de-iracema>>. Acesso em 13 fev. 2019.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. **Território livre de Iracema**: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema. 2001. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

TEIXEIRA, Ana Cecília de Andrade. **Parque ampliado do Pajeú**: uma abordagem site-specific com uso de locative media. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Artes, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22744/1/2017_dis_acateixeira.pdf>. Acesso em 15 jun. 2018.

SOBRE A AUTORA

Marília Passos Apoliano Gomes é doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); docente adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI), lotada no Departamento de Ciências Sociais e membro do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPI), na linha de pesquisa Gênero, Sexualidade e Geração.

Enviado em 01/10/2024

Aceito em 26/02/2025